

MERCOSUL/SGT Nº 3/COMISSÃO DE ALIMENTOS

REUNIÃO VIRTUAL 03/17

MINUTA DE REUNIÃO

No dia 14 de agosto de 2017, sob a Presidência *Pro Tempore* do Brasil, foi realizada a 2ª Reunião Virtual da Comissão de Alimentos/SGT Nº 3/MERCOSUL, com a participação das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A lista de participantes consta como Anexo I.

Na reunião foi tratado o seguinte tema: Revisão da Resolução GMC Nº 54/00 “RTM sobre Metodologias analíticas, Ingesta Diária admissível e LMR para medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

Foi discutido de forma abrangente a proposta de critérios para definição de limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários a serem aplicados em produtos de origem animal e a pertinência de se manter uma lista de substâncias e respectivos LMR.

A Delegação do Brasil manifestou sua contrária à manutenção de uma lista de substâncias e LMR. Destacou a complexidade do tema em razão das distintas realidades existentes entre os países e a diversidade nas exportações, o que poderia gerar dificuldades na harmonização de limites. Ratificou sua posição para a adoção de critérios, a exemplo do que foi adotado na Resolução GMC MERCOSUL n. 15/16 sobre Critérios para reconhecimento de LMR de agrotóxicos em produtos vegetais *in natura*.

A Delegação da Argentina se manifestou favorável em manter os critérios gerais. No entanto, considerou importante a existência de uma lista de LMR elaborada a partir desses critérios gerais, pois a ausência de uma lista dificultaria o comércio

entre os Países Membros e as exportações para outros países. Também observou, exemplificando a União Europeia, que seria interessante a adoção de uma lista de substâncias autorizadas, uma lista de substâncias proibidas e uma outra lista com aquelas substâncias em que não seria necessário estabelecer LMR. Essa Delegação fez comentários específicos sobre a proposta de critérios gerais manifestando que enviará posteriormente.

A Delegação do Paraguai, a princípio, se manifestou favorável à elaboração e manutenção de critérios gerais, sem uma lista de LMR. No entanto, destacou que seriam necessários o levantamento e a comparação da lista de produtos atualmente registrados nos quatro países para verificar se realmente a lista de substâncias e LMR poderia ser dispensada. Por fim, propôs a existência de uma lista básica.

A Delegação do Uruguai também considerou necessário o levantamento e comparação dos LMR existentes nos países. Apesar de entender que os critérios gerais são importantes, ressaltou que esse trabalho poderia ser feito posteriormente. Sugeriu que, primeiro, poderiam ser adotados os LMR existentes no *Codex Alimentarius*.

Encaminhamentos:

1. Os países concordaram em enviar comentários à proposta sobre critérios gerais para definição de LMR de medicamentos veterinários a serem aplicados em produtos de origem animal.
2. Os países ficaram de enviar suas listas de produtos registrados e respectivos LMR com a brevidade possível para haver tempo suficiente para o Brasil compilar as informações numa única tabela e circular o documento antes da reunião presencial.

VIDEO CONFERÊNCIA 14 DE AGOSTO DE 2017 – REVISÃO DA RES GMC 54/00

LISTA DE PARTICIPANTES

DELEGAÇÃO DA ARGENTINA

NOME	ORGANISMO	EMAIL	TELEFONE
Laura Sbordi	SENASA		
María del Carmen Cremona	Secretaría de Comercio	mcremon@produccion.gob.ar	
Marité Carullo	SENASA		
Melina Strakalaitis	Cancillería		

DELEGAÇÃO DO BRASIL

NOME	ORGANISMO	EMAIL	TELEFONE
Antonia Maria de Aquino	ANVISA	antonia.maria@anvisa.gov.br	55 (61) 3462-5330
Egon Vieira da Silva	MAPA	egon.silva@agricultura.gov.br	55 (61) 3218-3486
Ester Aguiar	MAPA	ester.aguiar@agricultura.gov.br	55 (61) 3218-2438
Fatima Machado Braga	ANVISA	fatima.braga@anvisa.gov.br	55 (61) 3462-6893
Lino Colsera	MAPA	lino.colsera@agricultura.gov.br	55 (61) 3218-2968
Suzana Bresslau	MAPA	suzana.bresslau@agricultura.gov.br	55 (61) 3218-2861

DELEGAÇÃO DO PARAGUAI

NOME	ORGANISMO	EMAIL	TELEFONE
David Bernis	SENACSA	dbernis@senacsa.gov.py	595 971262517
Maria Gertrudis	SENACSA	jcatebra@senacsa.gov.py	595 981427764
Patricia Echeverria	INAN/MSPyBS	pecheverria@inan.gov.py	595 294076
Zuny Zarza	INAN/MSPyBS	zmzarza@hotmail.com	595 294076

DELEGAÇÃO DO URUGUAI

NOME	ORGANISMO	EMAIL	TELEFONE
Claudia Bagnasco	MGAP		
Graciela Oficialdegui	MGAP		
Paula Ferrer	MGAP		
Pedro Friedrich	LATU	pfriedri@latu.org.uy	

AGREGADO IX-c

LXII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ALIMENTOS SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 3 “REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”

ATA Nº 03/17

Brasília, 28 a 31 de agosto de 2017

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS A SEREM APLICADOS EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMERCIALIZADOS ENTRE OS ESTADOS PARTE

Os seguintes critérios devem ser adotados na definição de limites máximos de resíduos (LMR) de medicamentos veterinários a serem aplicados em produtos de origem animal comercializados entre os Estados Parte do MERCOSUL

1. [BR: Deverão ser utilizadas como principal referência para definição de LMRs a serem aplicados em produtos de origem animal comercializados entre os Estados Parte os LMRs estabelecidos pelo Codex Alimentarius, prioritariamente aqueles propostos pelo Comitê Codex de Resíduos de Medicamentos Veterinários.]

1.1. [BR: A aplicação de LMRs distintos daqueles estabelecidos pelo Codex Alimentarius deverá ser cientificamente justificada, baseada em preocupações de saúde pública, e estarão sujeitas às disposições da Decisão CMC Nº 06/96.]

2. [BR: Para os princípios ativos sem LMRs estabelecidos no Codex Alimentarius deverão ser cumpridos os LMRs estabelecidos no país importador.]

1. [AR: Deverão ser utilizadas como principal referência para definição de LMRs a serem aplicados em produtos de origem animal comercializados entre os Estados Parte os LMRs estabelecidos pelo país importador.]

2. [AR: Quando não estiver estabelecido um LMR para produto de origem animal no país importador deverão tomar como referência o LMR do Codex Alimentarius para o princípio ativo em questão.]

3. Para princípios ativos para os quais o país importador não tenha estabelecido LMR e que não exista um LMR estabelecido pelo Codex Alimentarius, será adotado o LMR do país exportador, desde que a avaliação toxicológica e o cálculo de exposição do consumidor, realizada pelo país importador, de acordo com as diretrizes internacionais e de forma transparente, não indiquem risco para a saúde da sua população.

3.1. A avaliação de que trata o item 3 só será considerada no caso do princípio ativo estar autorizado para uso no país exportador.

3.2. O disposto no item 3 não se aplica aos princípios ativos cujos registros de medicamentos veterinários foram cancelados ou negados no país importador por razões de saúde humana ou saúde animal, baseados em princípios científicos internacionalmente reconhecidos e documentados.

3.3. A avaliação de que trata o item 3 deve utilizar a Ingestão Diária Aceitável (IDA) estabelecida pelo Codex Alimentarius ou a IDA estabelecida pelo país importador. Na ausência das duas primeiras, poderá ser utilizada a IDA estabelecida pelo país exportador, de acordo com diretrizes internacionais e de forma transparente, baseada em preocupações de saúde pública.

3.4. [BR: A aplicação de uma IDA distinta daquela estabelecida pelo Codex Alimentarius deverá ser cientificamente justificada, baseada em preocupações de saúde pública, e estará sujeita às disposições da Decisão CMC Nº 06/96.]

4. Cada Estado Parte deve dar publicidade dos LMRs e IDAs adotados aos demais Estados Parte, de acordo com os procedimentos da Organização Mundial do Comércio (OMC), , comunicando qualquer nova definição, revogação ou alteração e que deverão ser tomados como referência para o registro de medicamentos veterinários.

5. Para a análise de resíduos de medicamentos veterinários em produtos de origem animal comercializados entre os Estados Parte devem ser utilizadas metodologias analíticas validadas de acordo com diretrizes internacionais.

6. Os casos não contemplados na presente Resolução devem ser analisados caso a caso levando em consideração os critérios de segurança da saúde humana e saúde animal e para minimizar os efeitos negativos ao comércio.